



Diagnósticos Rurais Participativos nas Unidades de Produção Familiar no estado do Rio Grande do Norte Através da EMATER

Participative Rural Diagnostics on Family Farms in the State of Rio Grande do Norte Through EMATER

Alberto Hudson Souza Costa¹, Silvanete Severino da Silva², Valéria Ingridth Almeida Lima³, Roberto Vieira Pordeus³,
Joaquim Odilon Pereira⁴

Resumo: O trabalho foi realizado na comunidade rural Olho D'Água Velho, município de Mossoró-RN, através do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte – EMATER-RN. O objetivo deste trabalho foi realizar um diagnóstico rural com 23 agricultores familiares beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012, aplicando técnicas de metodologias participativas a fim de identificar os principais problemas/necessidades e potencialidades produtivas, sociais, econômicas e ambientais da comunidade. Para tanto, foram realizadas oficinas, visitas técnicas e aplicação de diagnósticos rurais participativos nas Unidades de Produção Familiar – UPFs, identificando-se, dentre outros aspectos, as principais culturas trabalhadas, área de produção vegetal, espécies animais mais explorados e quantificando-se os rebanhos bovino, caprinovino, suíno e aves caipiras. Através do estágio, obteve-se um panorama da realidade do local, dando subsídio à construção do planejamento para a melhoria da condição socioeconômica das famílias trabalhadas. Pode-se, também, observar a importância do trabalho da assistência técnica especializada para o crescimento produtivo e desenvolvimento social da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultor familiar, Assistência técnica e extensão rural, Olho D'água Velho- Mossoró/RN.

Abstract: The study was conducted in the rural community Olho D'Água Velho, municipality of Mossoró -RN , through the Office of Technical Assistance and Rural Extension of Rio Grande do Norte - EMATER -RN . The objective of this work was to make a diagnosis with 23 rural farmers benefited by Public Call SAF/ATER No. 010/2012 applying techniques of participatory methodologies in order to identify the main problems/needs and productive, social, economic and environmental potential of the community. To this end, workshops, technical visits and application of participatory rural diagnosis in Family Production Units were held - UPFs identifying himself, among other aspects, the main crops worked, area of crop production, most exploited species and quantifying the cattle herds, caprinovino, pig and poultry hillbillies. Across the stage, gave an overview of the reality of the place, giving subsidy to construction planning for improving the socioeconomic status of families worked. One can also observe the importance of the work of expert technical assistance for productive growth and social development of family farming.

Key words: Family farmers, technical assistance and rural extension, Olho D'água Velho- Mossoró/RN.

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 15/09/2014; aprovado em 25/10/2014

¹Mestre em Agronomia na UFRSA. Av. Francisco Mota, 572 - Bairro Costa e Silva, Mossoró RN. E-mail: alberto.hudson@rn.gov.br @hotmail.com

²Mestranda em Engenharia Agrícola na UFCG, UAEA. Av. Aprígio Veloso, nº 882. Bodocongó, Campina Grande – PB. E-mail: silvanete.h@hotmail.com

³Engenheira Agrícola e Ambiental, UFRSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, RN, E-mail: valerialima@hotmail.com

⁴Professor D.Sc. UFRSA, DCAT. Av. Francisco Mota, 572 - Bairro Costa e Silva, Mossoró RN, E-mail: rvpordeus@gamil.com

⁵Professor D.Sc. UFRSA, DCAT. Av. Francisco Mota, 572 - Bairro Costa e Silva, Mossoró RN, E-mail: jodilon@ufersa.edu.br

INTRODUÇÃO

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER foram iniciados, no Brasil, no final da década de quarenta, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país. Em meados da década de setenta, o governo do presidente Ernesto Geisel “estatizou” o serviço, implantando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER e executado pelas empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural- ATER nos estados, as EMATERs.

A ATER, como um dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural, deve ser executada mediante o uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como incentivadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo, as ações de ATER devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais.

No ano de 2006, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE realizou o Censo Agropecuário Brasileiro, e nele, verificou-se a força e a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos, representando aproximadamente 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país. Em termos absolutos, são 4,36 milhões de estabelecimentos agropecuários. Entretanto, a área ocupada pela agricultura familiar era de apenas 80,25 milhões de hectares, o que corresponde a 24,3% da área total ocupada por estabelecimentos rurais, revelando uma concentração fundiária e uma distribuição desigual de terras no Brasil

Segundo a Constituição Federal brasileira, materializada na Lei nº 11.326 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais, que por sua vez, no município de Mossoró é de 70 hectares; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas da propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural.

É nesse contexto que o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER-RN em parceria com o MDA, através da Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012, se propõe a intervir no espaço rural com a finalidade de otimizar o uso dos insumos, bem como os recursos naturais: usando uma mudança gradual de produção em direção a rota da sustentabilidade, pautada no enfoque educativo e orientador, facilitando as alterações nas condições existentes, inclusão social e de gênero.

Os agricultores familiares avaliados são, em sua maioria, rurais, com baixa renda per capita e de municípios

com baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e alto índice de pobreza. A questão se agrava na zona rural, pois a maioria das famílias em situação de pobreza tem dificuldade de acesso aos programas sociais, principalmente devido falta de informações. No estado do Rio Grande do Norte estão sendo beneficiados 1.200 agricultores familiares de 13 municípios, sendo a proposta do serviço de ATER para os selecionados a atuação participativa e continuada nas questões direcionadas a uma combinação de otimização no uso dos recursos naturais e o uso de insumos de base ecológica, com uma abordagem sistêmica das potencialidades e problemáticas de cada Unidade de Produção Familiar - UPF.

O processo metodológico desenvolvido na execução desse Projeto está em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER que visa o apoio e o fortalecimento das ações de ATER e tem como foco a universalização do conhecimento no campo.

No município de Mossoró, 80 famílias estão sendo beneficiadas pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Estas foram divididas em quatro comunidades polo, dentre elas o comunidade Olho D'Água Velho, que, por sua vez, possui 23 famílias beneficiadas. Neste contexto, a proposta de ATER para as famílias assistidas visa elaborar ações planejadas, com a coparticipação em atividades coletivas e na construção do Diagnóstico da UPF, que subsidiará a elaboração do projeto de estruturação produtiva familiar, com acompanhamento e orientação técnica. Diante do exposto o trabalho desenvolvido nesta pesquisa tomou por base a comunidade de Olho D'Água Velho, para fazer um diagnóstico das condições socioeconômicas, ambientais e a participação dos agricultores familiares nas políticas públicas disponíveis no estado do Rio Grande do Norte.

MATERIAL E MÉTODOS

Antecedentes e Localização

O trabalho foi realizado na Unidade Local de Apoio ao Produtor Rural de Mossoró da EMATER-RN. A EMATER-RN atua junto aos agricultores de base familiar, assistindo a 167 municípios, o que corresponde a 100% do território do estado do Rio Grande do Norte, executando programas, projetos e políticas públicas, no atendimento a 2.140 comunidades rurais, beneficiando 58.742 famílias de agricultores e agricultoras, em uma área de 133.196 hectares (EMATER-RN, 2014).

Sua missão é "contribuir para a promoção do agronegócio e do bem-estar da sociedade, com foco na agricultura familiar, através do serviço de extensão rural pública com qualidade, para o desenvolvimento sustentável." Para tanto, conta com uma estrutura de um Escritório Central, localizado na capital do estado, Natal-RN, dez Unidades Regionais, dois Centros de Treinamento e cento e cinquenta e quatro Unidades Locais. Os treze municípios restantes não têm sede própria, no entanto, os agricultores e agricultoras familiares são assistidos por técnicos de municípios vizinhos (EMATER-RN, 2014).

Em 2013, a EMATER-RN completou 58 anos de existência, com relevantes serviços prestados aos agricultores

e agricultoras familiares, mulheres rurais, jovens rurais, agentes de desenvolvimento, servidores e parceiros, através de uma assistência técnica continuada e de qualidade, focada na metodologia participativa de extensão rural, fundamentada na construção coletiva orientada pela PNATER e o MDA (EMATER-RN, 2014).

Descrição das atividades desenvolvidas

O trabalho consistiu em acompanhar e participar das ações desenvolvidas pelos extensionistas rurais da Unidade Local de Apoio ao Produtor Rural de Mossoró da EMATER-RN no tocante à execução da Chamada Pública SAF/ATER nº 10/2012, tanto no escritório como na comunidade rural de Olho D'Água Velho. Todas as atividades foram desenvolvidas em consonância com as diretrizes da PNATER (BRASIL, 2004) e utilizando-se metodologias participativas.

Seleção e caracterização da comunidade

O município de Mossoró foi criado pela Lei nº 246 de 15 de março de 1852, desmembrando-se de Assú. Situa-se na mesorregião Oeste Potiguar e na microrregião Mossoró, distando da capital Natal cerca de 277 km. Limita-se com os municípios potiguares de Tibau, Grossos, Areia Branca, Serra do Mel, Assú, Upanema, Governador Dix-Sept Rosado, Baraúna e o Estado do Ceará, abrangendo uma área de 2.110 km² (CPRM, 2005), sendo 1.873,1 km² correspondente à zona rural. De acordo com a contagem da população realizada pelo IBGE em 2010, o possui município 259.815 habitantes (IBGE, 2013).

Mossoró possui 137 comunidades rurais, entre Projetos de Assentamentos e comunidades tradicionais. Para desenvolver o trabalho proposto pela Chamada Pública SAF/ATER nº 10/2012 foram organizados quatro grupos de trabalho em comunidades tradicionais, sendo um deles à comunidade de Olho D'Água Velho, local onde foi realizado este Estágio Supervisionado.

A comunidade Olho D'Água Velho localiza-se na Zona Rural de Mossoró, às margens da BR 110, no sentido Mossoró - Upanema, nas coordenadas 05°25'03,5" Sul e 037°17'38,5" Oeste, altitude de 38m, distando 30 km da sede do município (Figura 1). De acordo com EMATER (2012), o comunidade Olho D'Água Velho é considerado comunidade polo, abrangendo três comunidades vizinhas, são elas: Estreito do Jacu, Canto da Farinha e Varzinha, perfazendo um total de 52 famílias. Estas famílias são organizadas

socialmente através da Associação dos Moradores da Comunidade de Olho D'Água Velho.

Figura 1 – Localização da comunidade Olho D'Água Velho,



Mossoró-RN. Fonte: Google Earth (2014).

Seleção das Famílias

Para seleção das famílias beneficiadas, foram utilizados critérios estabelecidos pela Chamada Pública SAF/ATER nº 10/2012, dentre eles: a renda da família, que não poderia ultrapassar 10 salários mínimos por ano; possuir Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP com renda compatível; possuir interesse e disponibilidade de tempo em participar das atividades individuais e coletivas do projeto; e, preferencialmente, constar na Lista de Referência fornecida pelo MDA.

Assim, de posse dos dados pessoais dos agricultores interessados em participar do grupo, foram realizadas consultas às DAPs e à Lista de Referência para verificar o enquadramento e a posterior seleção da família. Com essas informações organizadas, foi realizada uma segunda oficina onde todos os interessados foram reunidos e entrevistados individualmente para reafirmar o interesse em participar do grupo e assinar o Relatório Físico de Atividade Individual referente à fase de seleção (Figura 2). Nesta oficina, também foi discutida a operacionalização do projeto e foram esclarecidas dúvidas dos beneficiários. Desta maneira, foram selecionadas 23 famílias, correspondendo a aproximadamente 44% das famílias residentes na comunidade.



Figura 2. Seleção das famílias beneficiadas, Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor

Diagnóstico rural participativo – DRP

Em uma oficina que reuniu todas as famílias beneficiadas, os extensionistas rurais da Unidade Local da EMATER-RN de Mossoró e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mossoró, foi realizado um Diagnóstico Rural Participativo - DRP da comunidade, utilizando-se as técnicas de Mapeamento participativo e Diagnóstico participativo por campo. Observou-se a participação de todos os agricultores presentes durante as 6 horas de duração da atividade, o que facilitou a execução da mesma e possibilitou um levantamento preliminar da realidade da comunidade, auxiliando os extensionistas ao melhor entendimento da dinâmica local e gerando subsídios para trabalhos futuros.

Inicialmente, foi explicado o objetivo da oficina e a importância da participação de cada agricultor durante o processo. Através da técnica de Mapeamento participativo, os agricultores tiveram oportunidade de representar, por meio de desenhos e símbolos, a realidade local em três períodos de tempo: passado, presente e futuro. Para isso, foram divididos em três grupos, um para cada período (Figura 3). Após a confecção dos desenhos, cada grupo apresentou para os demais e relatou as experiências relacionadas, interagindo e gerando uma discussão sobre os principais aspectos apontados. De acordo com Ruas et al. (2006), na técnica de Mapeamento participativo, os agricultores são estimulados a desenhar a realidade local sobre uma visão de passado, presente e futuro, discutindo problemas e potencialidades de cada época.



Figura 3. Diagnóstico Rural Participativo da comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor.

Em um segundo momento, foi utilizada a técnica de Diagnóstico participativo por campo, que permitiu coletar e sistematizar informações sobre a realidade local, identificando-se os principais problemas e potencialidades nas dimensões social, econômica, cultural, ambiental e política. Os principais problemas identificados foram: custo elevado de energia elétrica, o que dificulta a irrigação de culturas; dificuldade na exploração e comercialização da carnaúba, principalmente devido o baixo preço da cera da carnaubeira; escola e creche desativadas devido ao número reduzido de alunos; presença de alcoolismo e drogas entre os jovens; e violência rural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação às necessidades, foram citadas: construção de passagem molhada sobre os riachos que interceptam as estradas de acesso à comunidade; construção de ponte sobre o Rio Angicos que divide a comunidade, dificultando o acesso entre as famílias; substituição de casas de taipa por casas de alvenaria; iluminação pública da comunidade; ronda policial; telefone público; subsídio para aquisição de medidor de tarifa verde; maior assiduidade dos técnicos da EMATER-RN; assistência veterinária aos pecuaristas; realização de cursos e

intercâmbios na área de ovinocaprinocultura; realização de cursos sobre beneficiamento de leite artesanato e de corte e costura.

Quanto às potencialidades, foram apontadas as seguintes: atendimento médico e odontológico na comunidade, embora de forma precária; existência de um Agente de Saúde na comunidade, estrutura física de escola e centro comunitário, transporte escolar público, organização social dos agricultores através de associação atuante, opções de lazer através de bolão de vaquejada, festa de padroeiro na comunidade Chafariz e festas e confraternizações promovidas pela Igreja Evangélica; eletrificação das propriedades, cisternas de placa construídas pelo Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC) na maioria das residências, abastecimento das cisternas através da Operação Carro Pipa da Defesa Civil, poço com dessalinizador em funcionamento, disponibilidade de água no Rio Angicos com potencial de irrigação, posse e acesso à terra para plantio; cultivos de milho, feijão e sorgo em condições de sequeiro, potencial pecuário, principalmente de bovinos, caprinos e ovinos, artesanato com palha de carnaubeira, ATER promovida pelos extensionistas da EMATER-RN; acesso às políticas públicas como Programa Bolsa Família, Garantia Safra, Bolsa Estiagem, Banco Comunitário de Sementes (BCS), Programa Emergencial de

Manutenção do Rebanho Potiguar – PEMRP, e realização de campanhas de Controle da Febre Aftosa promovida pelo Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Rio Grande do Norte – IDIARN.

Caracterização da unidade de produção familiar – UPF

A caracterização da UPF através de visita técnica, com a participação de todos os membros da família, num período de 04 horas. Através do Diagnóstico da UPF, pode-se traçar um perfil da realidade local, identificando suas potencialidades e as fragilidades de cada família envolvida, tanto no âmbito socioeconômico e ambiental.

Aspectos Socioeconômicos

Verificou-se uma ligeira predominância de mulheres responsáveis pela UPFs, correspondendo a 52,2% entre os entrevistados. Dos 23 responsáveis pelas UPFs a idade média é de aproximadamente 50 anos variando de 28 a 87 anos. O número médio de integrantes da família residente na UPF é de 3 pessoas variando de 1 a 5. Foi observado também que das 23 UPFs entrevistadas 61% são casados, 21% são solteiros, 9% são divorciado e 9% são viúvos (Figura 4).

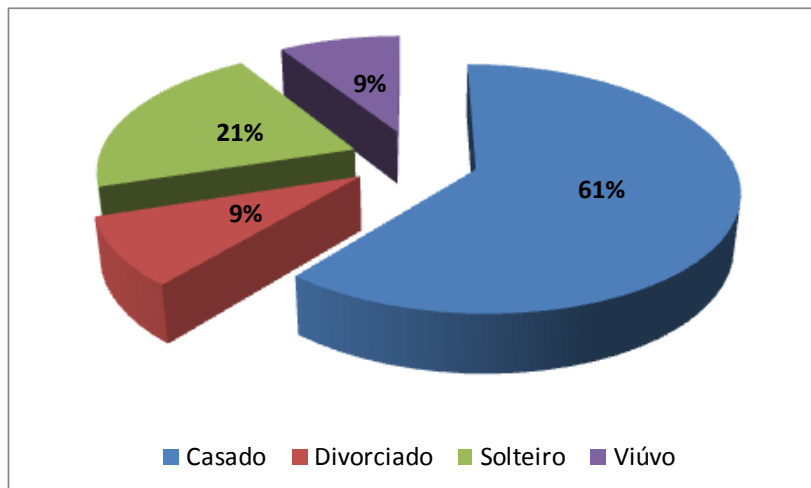


Figura 4. Estado civil dos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. . Fonte: Acervo do autor.

Quanto à questão educacional, a comunidade rural de Olho D'Água Velho não é diferente da realidade educacional rural do país, observa-se que 82% não concluíram o ensino fundamental, 9% são alfabetizados e 9% analfabetos (Figura 5). Em 2009, análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) revelou que a escolaridade média da população de 15 anos ou mais na zona rural é de 4 anos, contra 8,6 anos no meio urbano. Esse número reforça a existência de um grande contingente de pessoas que

estudaram no máximo até o final do fundamental. (REVISTA EDUCAÇÃO, AGOSTO 2011).

A questão educacional está diretamente relacionada à geração de renda e à ampliação das oportunidades de trabalho e ocupação. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, que tomou como base os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2007, produzido pelo IBGE, a cada ano de estudo a mais de um trabalhador, pode-se aumentar em 15% a sua remuneração (PORTAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA, FEV 2007).

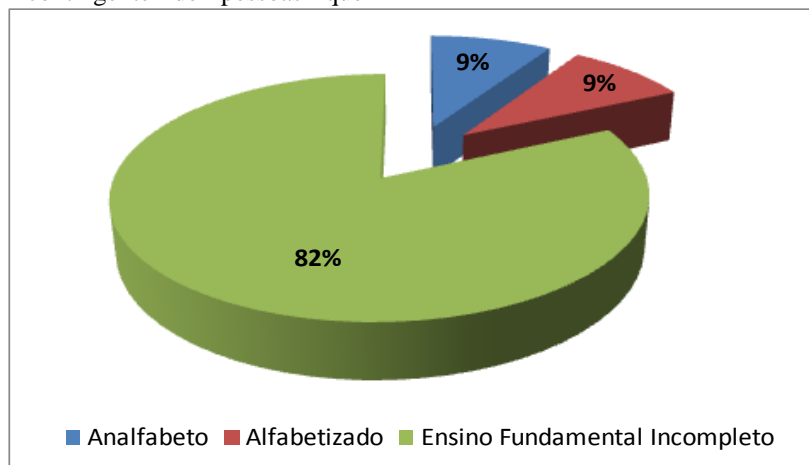


Figura 5. Escolaridade dos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor.

O Diagnóstico também revelou que apenas 43,5% das residências visitadas são de alvenaria enquanto 56,5% são de taipa (Figura 6). Esses dados revelam a fragilidade em que essas famílias estão expostas e a suscetibilidade à doença provocada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*, causador da doença conhecida popularmente como doenças de Chagas. A

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN realizou uma pesquisa em 15 municípios da região oeste do Rio Grande do Norte, e diagnosticaram que 8,5% pessoas que se submeteram ao exame, estavam infectadas com o protozoário (RETRATO DO OESTE, 2014).



Figura 6. Estrutura das residências dos agricultores iliares, comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor.

A qualidade da água usada para o consumo humano na comunidade de Olho D'Água Velho também é preocupante. Os dados levantados revelam que das 23 UPFs visitadas, 69% não tem água canalizada, 70% não realiza nenhum tipo de tratamento da água usada para consumo humano e apenas 30% dizem filtrar a água consumida (TABELA 1). Segundo o relatório "Água Doente" do Programa de Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas - ONU, 3,7% de todas as mortes são atribuídas a doenças relacionadas à água, o que resulta em milhões de mortes. O mesmo relatório revela que mais da metade dos leitos hospitalares do mundo são ocupados por pessoas que sofrem com doenças relacionadas à água (ESTADÃO, 2014).

Aspectos ambientais e estruturais dos imóveis da UPF

Quanto aos aspectos relacionados aos imóveis das UPFs, verificou-se que a média da área por família é de 61,5 ha, com uma variação de área de 3 a 207 ha, sendo que a condição de posse da terra predominante é a parceria, chegando a alcançar 78,3% das UPFs, enquanto que 21,7% das UPFs são próprias.

Todas as propriedades diagnosticadas estão em conformidade com a legislação brasileira. Segundo a definição de propriedade familiar, que consta no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, propriedade familiar é "o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros". Na definição da área máxima, a Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequenas propriedades os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais (TINOCO, 2008).

De maneira geral os solos da comunidade do Olho D'Água Velho são, em sua maioria, solos rasos, com afloramento rochoso, impróprio para o cultivo, mas com potencial para criação de pequenos ruminantes como caprinos e ovinos. No entanto, em todas as propriedades visitadas possuem pequenas áreas de várzeas, às margens do Rio Angicos, com potencial hídrico para exploração de pequenas áreas irrigadas.

Observou-se também que em 82,6% das propriedades rurais das UPFs, não existe áreas de reserva legal, e apenas 17,4% das propriedades pesquisadas os agricultores afirmam possuir reserva legal, não estão averbadas. Segundo o novo Código Florestal criado pela Lei 12.651 de 25 de maio de 2012 estabelece através do Art. 12º que: "Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação". No estado do Rio Grande do Norte a área de reserva legal é de 20% da área total do imóvel.

A situação é ainda mais crítica no tocante às Áreas de Preservação Permanentes – APP, onde 100% das propriedades visitadas na comunidade não tem APPs averbadas e preservadas. No novo Código Florestal na seção II, do regimento de proteção de APP, no Art. 7º diz que: "A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado".

A comunidade rural de Olho D'Água Velho é predominantemente formada por agricultores familiares, que na sua maioria cultivam exclusivamente culturas de subsistência, sendo que a área plantada de milho é em média 1,1 ha por UPF, enquanto que a área plantada de feijão é em média de 0,8 há por UPF. Observando a produtividade das áreas visitadas, podemos verificar que a média produtiva de milho e feijão são 742 kg.ha⁻¹ e 537 kg.ha⁻¹, respectivamente.

Quando comparado com as produtividades esperadas para região, em condições de sequeiro, que são 1000 kg.ha⁻¹ para o milho e 600 kg.ha⁻¹ para o feijão, verificamos uma redução de 26% para a cultura do milho e 11% para a cultura do feijão.

O cultivo de milho e feijão pelos agricultores familiares do nordeste brasileiro é uma questão cultural e de subsistência, ultrapassando o fator econômico. Esse fato, de certa forma dificulta a inserção de novas culturas mais produtivas e com maior valor econômico, constituindo assim um desafio para o serviço de extensão rural, mudança desse cenário.

O preparo do solo nas áreas de produção limita-se à operação de aração e gradagem subsidiado pelo poder público municipal através do programa Semear, o uso de capinadeiras e até mesmo de forma manual, não sendo observada a utilização de técnicas de conservação do solo como: plantio em curva de nível, construção de renques e barramentos e plantio em cultivo mínimo. Esse fato é ainda mais preocupante devido à topografia da comunidade, onde há

predominância de áreas declivosas com a presença de riachos e córregos que, por sua vez, transportam sedimentos das áreas mais altas para as mais baixas, ocasionando erosão do solo e assoreamento do Rio Angicos.

Em relação à pecuária, verificou-se que, na sua totalidade, os animais criados nas UPFs são animais mestiços, sem raças definidas-SRD, criados de maneira semi-intensiva e extensiva, com baixos índices produtivos. A caprinovinocultura é a atividade predominante entre as famílias visitadas, correspondendo a 79% do rebanho total contabilizado, com uma média de 89 animais por UPF (Figura 7). Essa preferência pela criação de pequenos ruminantes está atribuída aos períodos prolongados de estiagem da região, rusticidade dos animais e facilidade de comercialização desses animais. Segundo os criadores entrevistados, a comercialização de caprinos e ovinos é melhor quando comparado à comercialização de bovinos, isso porque quando se vende uma unidade bovina, os compradores só pagam de 30 a 60 dias após a venda.

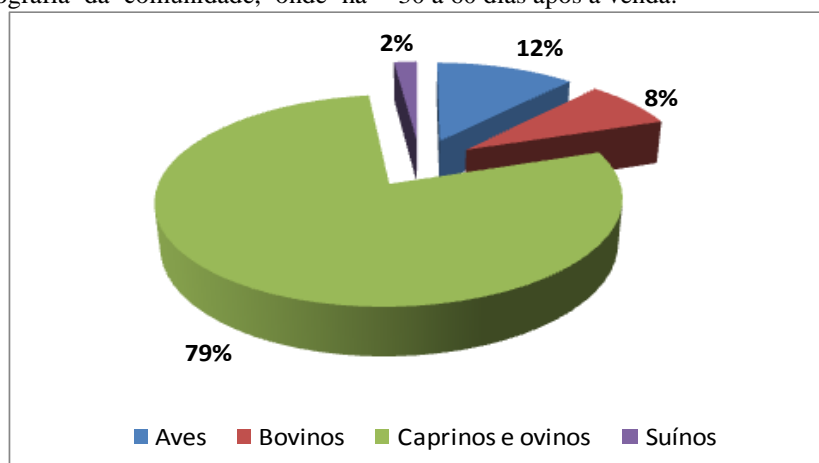


Figura 7. Rebanho de animais contabilizados nas UPFs dos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor.

Inserção dos agricultores em Programas, Projetos e Políticas Públicas

Uma das propostas da Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012 é a realização de atividades individuais e coletivas de orientação para o acesso aos programas, projetos e políticas públicas voltadas aos agricultores familiares, sobretudo aquelas executadas pela EMATER-RN. Nesse sentido, ao longo do período de estágio, foram realizadas oficinas e visitas técnicas visando orientar e cadastrar os agricultores em programas como: Qualificação do Crédito Rural, Emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, Garantia Safra 2013/2014, Banco Comunitário de Sementes e Programa Emergencial de Manutenção do Rebanho Potiguar - PEMRP.

A DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar e das suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas aptas a realizarem operações de crédito rural ao amparo do PRONAF, em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural – MCR (MCR, 2014), do Banco Central do Brasil, Capítulo 10, Seção 2, e a acessar outras políticas públicas. O PRONAF, por sua vez, destina-se a estimular a geração de renda e

melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Quando questionados sobre o acesso às linhas de crédito do PRONAF, menos da metade dos agricultores (43,5%) beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012 afirmaram já terem feito financiamento de suas atividades.

O Programa Garantia Safra é uma ação do PRONAF voltada para os agricultores familiares localizados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, majoritariamente Semiárida que sofrem perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas. Para participar do Garantia-Safra, é necessário que, anualmente, estados, municípios e agricultores localizados na área de atuação da SUDENE façam adesão ao programa. Nos municípios em que forem detectadas perdas de, pelo menos 50% da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho ou outras atividades agrícolas de convivência com o Semiárido, os agricultores que aderirem ao programa receberão a indenização prevista para a safra correspondente.

Foi realizada uma oficina sobre Banco Comunitário de Sementes, onde foi retratada a atual situação do Banco Olho D'Água Velho, sendo enfatizada a importância do

programa para os agricultores e do cumprimento de seu estatuto, sobretudo no que se refere à manutenção dos estoques. Após a oficina, foi realizado o recadastramento de todos os sócios visando à atualização dos dados e o cadastramento de outras famílias que ainda não participavam. O Banco Comunitário de Sementes permite que sejam formados e mantidos estoques de sementes suplementares às reservas familiares. Trata-se de um mecanismo por meio do qual a família toma emprestada uma quantidade de sementes e se compromete, segundo regras definidas na própria comunidade, a devolver a mesma quantidade acrescida de uma porcentagem no momento da colheita.

O Programa Banco Comunitário de Sementes é uma organização que conta com a participação dos agricultores para garantir o acesso a sementes de boa qualidade, em quantidade suficiente e no período certo de plantio, favorecendo com isso, a autossuficiência no abastecimento de sementes na agricultura familiar (TORRES, et. al 2006). No Rio Grande do Norte, o programa teve início no ano 2005, sendo desenvolvido pelo Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca - SAPE e de suas vinculadas EMATER e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte - EMPARN. Esses bancos organizam-se em associações que gerem o armazenamento, a distribuição e a devolução das sementes de milho, feijão e sorgo na própria comunidade.

O PEMRP faz parte de um conjunto de estratégias para a convivência com a estiagem, numa parceria entre o Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional da Defesa Civil, Governo do Estado do Rio Grande do Norte por meio da SAPE, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, e com a execução da EMATER-RN. O programa consiste na distribuição de ração concentrada, mais especificamente, torta de algodão com 37% de proteína bruta a produtores de leite bovino e/ou caprino, com os animais devidamente vacinados contra febre aftosa e declarados junto ao IDIARN. Em Mossoró, foram distribuídos, até o mês de dezembro de 2013, 371.300 kg de ração, beneficiando 338 produtores. Na comunidade Olho D'Água Velho, no período de setembro a dezembro de 2013 foram distribuídos 25.850 kg a 44 criadores, abrangendo 95% do grupo da Chamada Pública de ATER N° 010/2012.

CONCLUSÕES

Através deste trabalho pode-se conhecer o trabalho de extensão rural realizado pela EMATER-RN, através dos extensionistas rurais da Unidade Local de Apoio ao Produtor Rural de Mossoró, bem como a realidade da comunidade rural de Olho D'Água Velho, que se assemelha com a realidade de várias outras comunidades rurais do Brasil.

Também permitiu conhecer e vivenciar os programas e projetos disponíveis aos agricultores familiares do estado do Rio Grande do Norte, fornecendo uma visão holística, que servirá de base pra trabalhos futuros. Além disso, se pode ver a importância da assistência técnica especializada nas atividades de extensão, promovendo o desenvolvimento no campo através da educação e difusão de tecnologias às famílias carentes da comunidade do Olho D'Água Velho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: Diagnóstico do município de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte.** Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

ESTADÃO. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,agua-contaminada-mata-mais-do-que-guerras-diz-onu,527749,0.htm>>. Acesso em: 20 fev 2014.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE – EMATER. **Missão.** Disponível em: <<http://www.emater.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=567&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Miss%E3o>>. Acesso em: 19 fev 2014.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE – EMATER. **Diagnóstico das comunidades do Pólo Passagem do Rio.** 2012. 53 p.

MANUAL DE CRÉDITO RURAL. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:divGeropMCR>>. Acesso em: 20 de fev 2014.

PORTAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA. **Salário aumenta 15% a cada ano de estudo.** Disponível em: <<http://www.educacaofisica.com.br/index.php/component/content/article/130-rh-virtual/3384-salario-aumenta-15-a-cada-ano-de-estudo>>. Acesso em: 20 fev 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

RUAS, E. D.; BRANDÃO, I. M. M.; CARVALHO, M. A. T.; SOARES, M. H. P.; MATIAS, R. F.; GAVA, R. C.; MESONES, W. G. P. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR.** Belo Horizonte, 2006. 134p.

TINOCO, S.T.J. **Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica.** 2008.. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm>. Acesso em: 20 fev 2014.

TORRES, S. B.; LIRA, M. A.; FERNANDES, J. B.; LIMA, J. M. P. de; LEONEL NETO, M.; BURITI, V.; ALVES, A. C. M. **Bancos comunitários de sementes.** Natal: EMPARN, 2006. 19 p. REVISTA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/163/artigo234867-1.asp>. Acesso em 09 de Mar 2014.

EMBRAPA. Disponível em: <http://www.cnpqc.embrapa.br/publicacoes/doc/doc114/02essencialidade.html>. Acesso em 09 de Mar 2014.